

Fleury denuncia pressão dos bancos

■ Governador diz que acerto da dívida dos estados reduziria lucros dos banqueiros

Carlos Goldgrub — 28/5/93

SÃO PAULO — O governador Luiz Antônio Fleury Filho acusou os bancos particulares de responsáveis pela demora no acerto das contas dos estados com a União. “A quem não interessa a rolagem das dívidas?”, perguntou. E ele mesmo respondeu: “Não interessa aos bancos privados, que vão perder a maior teta da República, ou seja, exatamente os juros que eles cobram dos estados, municípios e da própria União. Essa é a realidade, o resto é figuração”.

Para o governador, a pressão dos bancos e “das mesmas forças que impediram a assinatura em oportunidades anteriores” é que está levando o Congresso a deixar para agosto a votação do acerto das dívidas, que ele gostaria de ver realizada esta semana.

“O próprio governo já não tem urgência na votação e surgem declarações criando áreas de atrito na negociação. Isso só beneficia aqueles que lucram com as dívidas dos estados com a União, que são os bancos privados”, acrescentou.

Índices — Foi uma referência a uma entrevista do presidente do Banco Central, Paulo César Ximenes, de que o governo só aceitará acordo na base de comprometimento de 11% a 15% da arrecadação líquida dos estados, contra um máximo de 9% proposto pelo governo paulista. “Só falo com o papa, não com o coroinha”, reagiu Fleury quando os jornalistas lembraram a declaração de Ximenes. Segundo o governador, não adianta acordar índices inviáveis. “Se é para não pagar, então por que não assinamos logo 25% da nossa receita?”, ironizou.

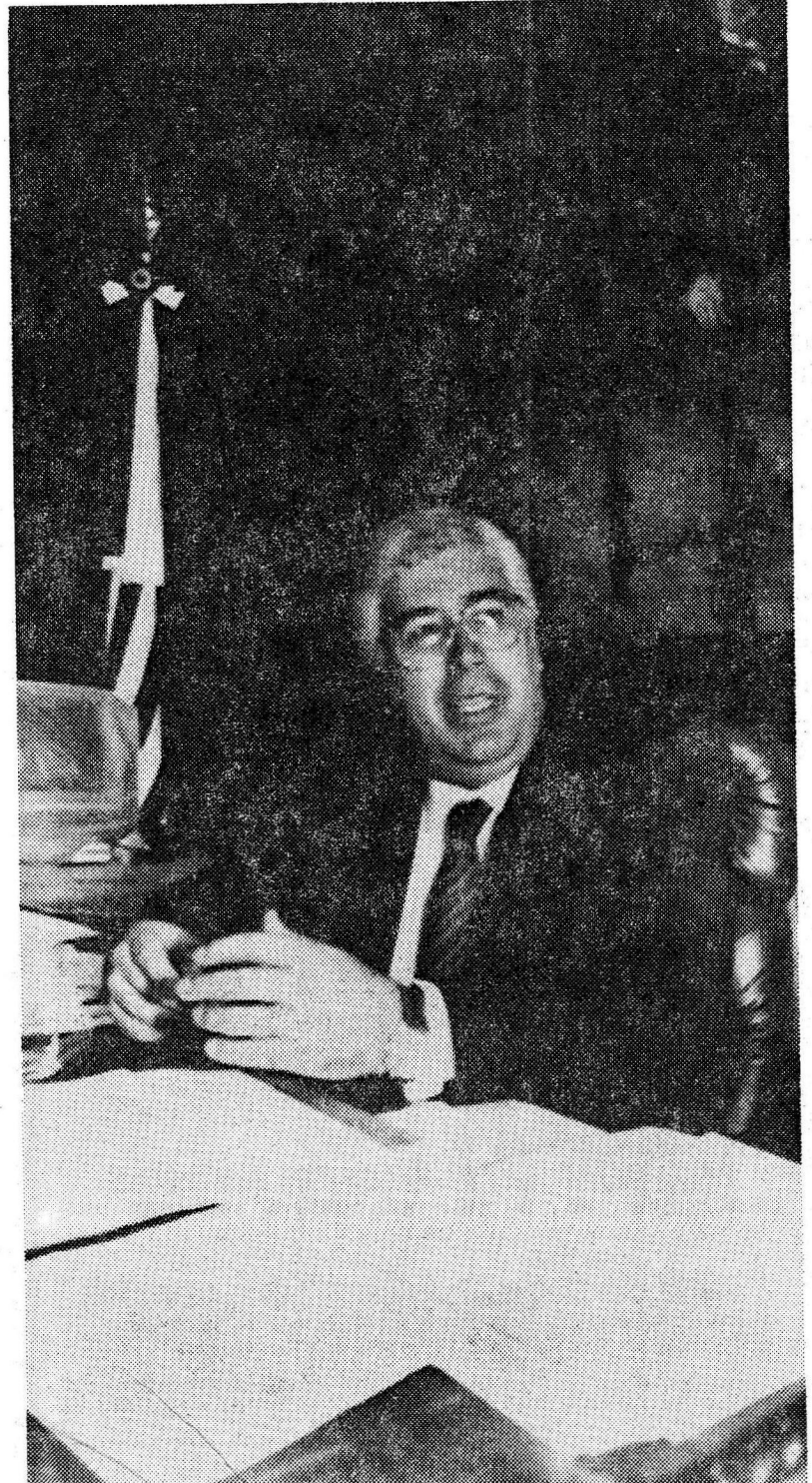
Depois de uma reunião com o presidente do Inamps, Carlos Mosconi, Fleury informou que até sex-

ta-feira São Paulo receberá o repasse das verbas de saúde referentes a abril, maio e parte de junho, o que ele considerou um avanço, já que o pagamento vinha sendo feito com até 70 dias de atraso.

Hospitais — Fleury acrescentou que a ameaça de devolução ao governo federal dos hospitais que está construindo em São Paulo, e ficaram parados por falta de verbas, só será concretizada se os entendimentos futuros com o Ministério da Saúde não derem certo. “Mas a conversa foi longa e produtiva, estamos progredindo para uma solução.”

O governador criticou a iniciativa da OAB de liderar movimento para adiar a revisão constitucional para depois das eleições gerais do próximo ano. “Não há nenhum argumento jurídico relevante para isso e lamento que a OAB tenha chamado o atual Congresso de conservador. A revisão tem que ser feita agora, pois o país não pode ficar com uma Constituição provisória, mas torná-la cada vez mais efetiva.” Lembrou que o estado tem um grupo de trabalho liderado pelo jurista Miguel Reale preparando uma proposta de modificações na Carta. Ele também não aceita a tese de que os atuais parlamentares não teriam legitimidade para mexer na Constituição. “Foram eleitos sabendo que teriam que fazer a revisão constitucional e há dispositivo na Constituição nesse sentido. A vingar essa tese, teríamos que aprovar nossa emenda à Constituição para que haja nova Assembleia Nacional Constituinte.”

Fleury não acredita em novo golpe militar. “A sociedade vai encontrar soluções para a crise sem necessidade de recorrer a isso. E os militares não mostram disposição para isso”, comentou.



Fleury quer votação da rolagem das dívidas ainda esta semana